

FORMAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO QUILOMBOLA

¹Fernanda Pereira da Silva

Resumo: Este artigo é fruto de uma revisão narrativa de literatura, articulada ao compartilhamento de saberes construídos no âmbito da disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, desenvolvida a partir de uma abordagem crítica, reflexiva e dialógica. A análise estabelece interlocução entre os referenciais teóricos mobilizados ao longo da disciplina e as reflexões decorrentes de minha trajetória formativa enquanto estudante quilombola e pesquisadora, evidenciando como tais experiências foram ressignificadas no encontro com produções intelectuais comprometidas com a justiça social e a equidade racial. O percurso teórico-metodológico fundamenta-se nas contribuições de autoras como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro e Georgina Helena Lima Nunes, bem como nas orientações normativas expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Esses referenciais possibilitam a construção de uma análise crítica acerca das políticas curriculares e das práticas pedagógicas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. Ao longo desse processo formativo, são mobilizados conhecimentos, percepções e dimensões subjetivas que atravessam a experiência acadêmica e profissional, contribuindo para a consolidação de uma compreensão ampliada da educação como prática emancipatória, comprometida com a superação das desigualdades raciais e com a valorização da diversidade étnico-racial.

Palavras-Chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Formação docente quilombola; Trajetória acadêmica; Perspectiva crítica.

INTRODUÇÃO

A todos nós que amamos a negritude, que ousamos criar no dia a dia de nossas vidas, espaços de reconciliação e perdão onde deixamos vergonhas, medos e mágoas do passado, e nos seguramos uns nos outros, bem próximos.²

(hooks, p. 5, 2019)

A vivência na disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais constituiu um

¹ Fernanda Pereira da Silva, fernandafp196@gmail.com, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Ensino PPGRERE pelo IFNMG & UNIMONTES, graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UNIMONTES, segunda licenciatura em Educação Especial pela UNISANTA, Pós-graduada em Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais Metodologia da Pesquisa, pela Universidade Federal Vale Jequitinhonha e Mucuri UFVJM, em pós-graduada em Educação Especial.

² hooks, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

processo formativo marcado por deslocamentos epistemológicos e revisitações críticas à minha própria trajetória profissional, educacional e social. Como mulher preta quilombola e educadora no ensino em território quilombola. Os debates e estudos propostos permitiram compreender de forma mais aprofundada como a racialidade estrutura experiências individuais e coletivas, evidenciando dimensões historicamente silenciadas nos espaços escolares.

O contato com as leis que normatizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, as Diretrizes para Educação Escolar Quilombola, autoras e autores, como Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves, Sueli Carneiro, dentre outros autores que dialogamos durante o percurso desta disciplina, possibilitou ampliar meu repertório analítico acerca das dinâmicas do racismo, das políticas de identidade e das epistemologias afro-brasileiras.

Orientando estes escritos a partir de minha perspectiva de atuação profissional e tomando como aponta as chamadas *pedagogias outras*, conforme discute Catherine Walsh, emergem das experiências e resistências dos povos historicamente subalternizados, constituindo práticas educativas de caráter político e decolonial, que tensionam o modelo hegemônico de educação. Como proposta central de pesquisa, busco estabelecer um diálogo crítico fundamentado nos conteúdos trabalhados na disciplina e nas percepções construídas ao longo das aulas.

Assim, o processo de decolonizar a formação implica fazer com que caibam nela educações outras, modos outros de pensar e viver. Trata-se de assumir uma pedagogia em movimento, da resistência, construída por sujeitos que reinventam suas existências para re-existir e se afirmar como sujeitos coletivos, em luta pela transformação das circunstâncias sociais e de todas as formas de opressão e desumanização (SCHWENDLER; SANTOS, 2021). Essa perspectiva reforça a necessidade de deslocar o centro das narrativas formativas, reconhecendo saberes historicamente invisibilizados e promovendo práticas educativas comprometidas com a justiça social.

Essa articulação permite compreender de forma mais aprofundada as especificidades da Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto quilombola, bem como refletir sobre as implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas que emergem dessa realidade.

Para discorrer sobre este artigo adotou-se a abordagem de revisão narrativa crítica, a qual é apropriada para mapear debates complexos, sintetizar conceitos de diferentes correntes teóricas e propor novas perspectivas. A construção da análise foi guiada por um

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

protocolo de busca, focado na identificação de materiais contemporâneos que fundamentam o debate.

Além disso, a reflexão proposta busca evidenciar como a Educação para as Relações Étnico-Raciais, quando articulada às vivências quilombolas, ultrapassa o campo normativo e assume uma dimensão prática e transformadora. Trata-se de reconhecer o território como espaço produtor de saberes, memórias e identidades, valorizando os conhecimentos ancestrais e as práticas comunitárias como fundamentos legítimos do currículo. Nesse sentido, a formação docente emerge como eixo estratégico para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, comprometidas com a equidade racial e com a afirmação da identidade quilombola.

Por fim, compreende-se que a construção de uma educação verdadeiramente emancipatória exige o enfrentamento das estruturas raciais que historicamente atravessam a escola brasileira. Assim, este estudo reafirma a necessidade de fortalecer políticas públicas, práticas curriculares contextualizadas e processos formativos que reconheçam os sujeitos quilombolas como protagonistas na produção de conhecimento e na transformação social.

OBJETIVO

Refletir criticamente sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto quilombola, articulando a revisão narrativa da literatura, as normativas educacionais vigentes e a trajetória formativa e profissional enquanto educadora quilombola. Busca-se analisar os desafios e as potencialidades que atravessam a implementação de uma educação antirracista nesses territórios, evidenciando suas implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas para a consolidação de práticas educativas decoloniais, socialmente referenciadas e comprometidas com a valorização dos saberes ancestrais e com o fortalecimento das identidades negras.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em uma revisão narrativa crítica da literatura, articulada ao compartilhamento de saberes construídos no contexto da sala de aula e da prática docente. Foram mobilizadas produções acadêmicas, legislações educacionais e referenciais teóricos do pensamento negro e decolonial, que possibilitaram uma análise crítica das práticas educativas e das políticas curriculares voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais e à Educação Escolar

Quilombola.

Adotou-se a abordagem de revisão narrativa crítica, a qual é apropriada para mapear debates complexos, sintetizar conceitos de diferentes correntes teóricas e propor novas perspectivas. A busca foi conduzida nas seguintes bases de dados e plataformas: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos de livros e teses que tratassem diretamente da intersecção entre dois ou mais dos eixos temáticos centrais do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Saberes Ancestrais e Desafios na Construção de uma Educação Antirracista

A compreensão dos saberes ancestrais como fundamentos epistemológicos, culturais e políticos da educação quilombola constitui um eixo central para a construção de práticas educativas verdadeiramente antirracistas. Esses saberes se emergem dos conhecimentos compartilhados oralmente ao longo de gerações, nossa fala é carregada de sentidos, de marcas de nossa existência; eles expressam modos de viver, de interpretar o mundo, de organizar o trabalho coletivo, de fortalecer laços comunitários e de produzir estratégias de resistência frente às múltiplas expressões do racismo estrutural.

Os territórios de aprendizagens, em sua diversidade e multiplicidade de sentidos, constituem educações (BRANDÃO, 1982) compartilhadas, no sentido que Nego Bispo dá ao termo:

Quando ouço a palavra confluência ou a palavra compartilhamento pelo mundo, fico festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: cuidado, não é troca, é compartilhamento. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. (SANTOS, 2003, p. 21.)

No contexto quilombola, tais saberes são continuamente atualizados nas práticas comunitárias, nos rituais, nas celebrações, no cultivo da terra, na oralidade e na memória compartilhada, configurando-se como referenciais indispensáveis ao processo formativo.

Na perspectiva de Brandão em seu livro *O que é educação*, aponta que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para saber fazer, para ser ou para conviver, todos os dias a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (1988, p.3).

Com base nesse autor, compreende-se que a educação se manifesta de diversas formas e em múltiplos ambientes. Segundo Purificação (2021, p. 161), “todos os seres

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

adaptam-se ao seu ambiente e aprendem de dentro para fora, compreendendo que a educação é fruto de uma construção social, aliada às maneiras de aprender de fora para dentro”.

Assim, ao refletirmos sobre uma educação pautada nos saberes ancestrais produzidos nos espaços quilombolas, torna-se fundamental destacar a contribuição histórica do Movimento Negro nesse processo.

Nesse sentido, como aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, (1997) “{...} os movimentos sociais têm trazido novas temáticas, novos olhares e novas ênfases na pesquisa, na teorização e nas propostas de intervenção no nosso sistema educacional”. Ao falarmos desta contribuição pensamos em uma educação de ação efetiva nas escolas.

Destaca-se que tais contribuições teóricas se articulam na denúncia da escola enquanto instituição que, historicamente, tem operado como espaço de reprodução do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, deslegitimando saberes, valores ancestrais e práticas culturais de povos negros e comunidades tradicionais quilombolas, ao mesmo tempo em que naturaliza referenciais eurocentrados e preconceituosos como universais.

Conforme problematiza Nilma Lino Gomes (2002), a distorção histórica das contribuições da população negra para a formação social, cultural e política do país produziu processos sistemáticos de marginalização nos espaços escolares, impactando diretamente o acesso, a permanência e o êxito educacional de estudantes negros. Essas desigualdades, longe de serem episódicas ou fortuitas, constituem heranças de um projeto colonial que instituiu hierarquias raciais e, deliberadamente, restringiu o acesso da população negra ao conhecimento formal e aos espaços de poder.

Nesse contexto, a Lei 10.639/2003 configura-se como marco político e pedagógico de enfrentamento a essas assimetrias, ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promovendo uma reparação epistêmica e reafirmando a necessidade de uma educação comprometida com a justiça racial, a valorização da diversidade e a reconstrução de narrativas historicamente silenciadas.

Segundo Santos (2024), a Lei 10.639/03 não surgiu por acaso, ela é resultado de uma longa luta histórica dos movimentos sociais negros, que desempenharam um papel fundamental para essa conquista. Quando entrou em vigor em 2003, a lei tinha como objetivo atender às demandas por reparação dos direitos da população negra, buscando que o Estado e a sociedade adotassem medidas para compensar os afrodescendentes pelos danos psicológicos, sociais, materiais e educacionais historicamente vivenciados por esse

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

segmento da população brasileira.

Dessa forma, ao discutirmos práticas que historicamente deslegitimam a educação destinada às populações quilombolas, na perspectiva de uma educação antirracista, deparamo-nos com importantes políticas de ações afirmativas, tais como a Lei nº 10.639/03, que institui o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; o Estatuto da Igualdade Racial, homologado em 2010; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), que reconhecem essa modalidade de ensino.

Contudo, mesmo diante desses avanços normativos, ainda se observa a permanência de currículos marcados pela homogeneização do ensino, que pouco dialogam com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas. Nesse sentido, não basta apenas instituir novas ações afirmativas; torna-se indispensável sua efetiva implementação nos sistemas de ensino em sua totalidade, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores, orientada para a valorização da diversidade étnico-racial que assegurem o acesso, a permanência e a valorização da educação escolar quilombola com propósito de contextualizar e historicizar. Tais políticas devem reconhecer e fortalecer o patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, garantindo uma formação baseada no respeito, na equidade e na justiça social.

Como bem salientou Frantz Fanon, os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantido à margem, os negros, construir relações raciais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos.

Neste entendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação da Relações Étnico-raciais discorrem que: {...} para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. Compreendemos que as organizações escolares no Brasil devem assegurar a inclusão de todos os estudantes, garantindo-lhes o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem que sejam levados a negar ou silenciar suas histórias e ancestralidades.

“Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde está se encontra e a que serve, compromisso

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.” (BRASIL, 2004, p. 18)

Essa reflexão é fundamental para o debate sobre uma educação étnico-racial, especialmente quando desenvolvemos práticas em sala de aula que nos convidam a construir novas formas de pensar e ensinar. Trata-se de promover pedagogias outras, nascidas da necessidade de romper com modelos tradicionais e de ampliar o olhar para além dos muros da escola, questionando perspectivas eurocêntricas que historicamente orientaram o processo educativo. É essencial que a reconstrução de nossas identidades seja constante, com ênfase no processo de lembrar o passado de forma que nos fortaleça a criar novos presentes e planejar estratégias para novos futuros (hooks, 2019).

Conforme argumenta bell hooks, a educação, quando orientada por uma perspectiva crítica e libertadora, constitui-se como prática de resistência e transformação social. Nessa direção, as discussões desenvolvidas no âmbito da disciplina evidenciam que a construção de uma pedagogia antirracista exige mais do que a inserção pontual de conteúdos: demanda a reconfiguração das relações pedagógicas, dos referenciais epistemológicos e das próprias estruturas curriculares que sustentam desigualdades históricas.

Nesse contexto, a noção de “aquilombamento” emerge como categoria político-pedagógica potente, compreendida não apenas como referência histórica às experiências de resistência dos quilombos, mas como estratégia contemporânea de fortalecimento coletivo, produção de pertencimento e construção de redes de apoio frente às imposições de políticas curriculares externas e frequentemente descoladas das realidades socioculturais dos sujeitos. Aquilombar-se, nesse sentido, significa afirmar identidades, compartilhar saberes e produzir alternativas curriculares que tensionem modelos hegemônicos e eurocentrados de conhecimento.

Assim, a educação para as tessituras antirracistas configura-se como movimento ético, político e epistemológico que articula resistência, solidariedade e compromisso com a transformação das práticas escolares, visando à construção de possibilidades emancipatórias diante de contextos institucionais marcados por disputas curriculares e por tentativas de silenciamento das pautas étnico-raciais.

DISCUSSÃO

As análises evidenciam que os saberes ancestrais constituem pilares fundamentais da educação quilombola, expressando modos de viver, aprender e resistir que se contrapõem à lógica eurocêntrica do conhecimento escolar. Tais saberes, transmitidos pela oralidade, pela memória coletiva e pelas práticas comunitárias, desafiam a escola a reconhecer outras racionalidades e pedagogias.

Observa-se que, embora existam marcos legais que asseguram o direito a uma educação contextualizada e antirracista, sua efetivação ainda é limitada, sobretudo pela ausência de políticas consistentes de formação docente e pela permanência de currículos homogeneizantes.

Nesse sentido, as pedagogias outras, conforme discutidas por autoras e autores decoloniais, apresentam-se como caminhos possíveis para a construção de práticas educativas que dialoguem com as realidades quilombolas e fortaleçam as identidades negras. Essas pedagogias propõem a valorização das experiências comunitárias, o protagonismo dos sujeitos quilombolas na elaboração do currículo e a construção de processos formativos que rompam com a colonialidade do saber, do poder e do ser.

Assim, pensar a educação quilombola a partir de uma perspectiva decolonial implica não apenas inserir conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, mas reconfigurar as bases epistemológicas do ensino, promovendo uma escola comprometida com a justiça cognitiva, a equidade racial e o fortalecimento das comunidades enquanto espaços de produção de conhecimento e resistência histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos os movimentos que fundamentam uma educação pautada nas relações étnico-raciais, torna-se necessário destacar o papel histórico e político das lutas coletivas na construção de práticas educativas comprometidas com a equidade, o reconhecimento da diversidade e a superação das desigualdades raciais.

Como evidencia Georgina Helena Lima Nunes, ao afirmar:

Os movimentos negros e quilombolas despontam como os protagonistas de reivindicações que transcendem a educação básica e chegam ao ensino superior, constroem estratégias políticas, pedagógicas e emancipatórias no sentido de reduzir os hiatos educacionais e sociais que explicitam, conseqüentemente, lugares de poder e prestígio sociais racialmente demarcados. (NUNES, 212, p.212).

Nesse entendimento, os caminhos percorridos por esses sujeitos evidenciam suas

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

formas de organização política e revelam percursos pedagógicos que vêm produzindo efeitos em espaços nos quais os direitos se encontram hierarquizados de acordo com os aspectos raciais. A superação destes equívocos ocorre quando os objetos de estudo se tornam sujeitos de suas trajetórias educacionais sobre o mundo que os cercam.

Em meio a essa reflexão, compreendemos que o estudo de uma educação pautada nas normativas étnico-raciais contribui para evidenciar e romper com os estereótipos de um modelo educacional que historicamente não foi construído por nós, nem direcionado a nós. Como diz Munanga (2008), trata-se de pensar “uma educação cidadã que ensine o valor e a riqueza da diversidade (que) é onde se forma a consciência”. Ou seja, em que se reconheça que saberes diferentes não são “menos saber”, como diz Nilma Gomes (2017).

As discussões que compartilho neste escrito se consolidam a partir das contribuições proporcionadas pela formação continuada no mestrado acadêmico na disciplina Educação para as Relações Étnico Raciais: currículo, Projeto Político Pedagógico e Práticas de Ensino, cujos debates, vivenciados no contexto da sala de aula, atravessaram minha trajetória formativa e possibilitaram a ampliação do meu olhar sobre o racismo, as práticas pedagógicas de ensino, relações raciais tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

A formação docente na Educação Escolar Quilombola estabelece novos referenciais de análise frente aos paradigmas da educação tradicional, ao introduzir enfoques teóricos, políticos e epistemológicos que ampliam a compreensão sobre currículo, território, identidade e prática pedagógica. Ao deslocar o centro das narrativas formativas e reconhecer saberes historicamente invisibilizados, essa perspectiva contribui para a construção de um campo educacional mais plural e comprometido com a justiça social. Contudo, embora sua relevância seja incontestável no atual contexto social e político brasileiro, ainda se evidenciam desafios, lacunas, limites estruturais e incertezas quanto à consolidação de suas bases conceituais e às perspectivas para seu fortalecimento no futuro.

Estudar e aprofundar-se nas discussões sobre as relações étnico-raciais remete-nos à perspectiva freireana de educação como prática de transformação social. Nesse sentido, Paulo Freire nos aponta que “é preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar”³, compreendida não como espera passiva, mas como ação crítica e comprometida frente aos desafios e contradições que emergem no campo educacional.

Assim, pensar a educação para as relações étnico-raciais significa assumir um

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

compromisso ético, político e pedagógico com a construção de uma escola que não apenas reconheça a diversidade, mas que a tome como princípio estruturante do currículo, das práticas educativas e do projeto de sociedade que se deseja construir. Trata-se de afirmar a educação como espaço de disputa de narrativas, de produção de sentidos e de reconstrução de horizontes mais justos e democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 21ed. São Paulo: Brasiliense, 1988
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.
- SCHWENDLER, S. F.; SANTOS, A. N. D. A Formação de Educadoras/es no Contexto da Diversidade Socioterritorial do Campo. *Educação & Realidade* [online]. 2021, v. 46, n. 4, e117553, pp. 1-24.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- SANTOS, Kelly da Silva Pereira dos; ALMEIDA, Valéria Efigênia de; VALIM, Rosilene de Melo. Práticas antirracistas e tecnologias digitais: um caminho para a alfabetização e letramento no ensino fundamental. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, Macapá, v. 8, n. 3, p. 227- 242, 2025. DOI: 10.29327/269579.8.3-17.
- SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Romero Antônio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos; ROCHA, Vanessa Gonçalves da (org.). *Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- FRANTZ, Fanon. Os Condenados da terra. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis: Editora Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria: revista de estudos de literatura*, Belo Horizonte, v. 9, p. 38-47, 2002.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (orgs.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do Movimento Negro*. São Carlos: EdUFSCar, 1997

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2008.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação escolar quilombola e políticas curriculares: territórios em disputa. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 29, n. 1, p. 201–231, 09 set. 2024. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/3123>. Acesso em: 15 dez. 2025